

**CENTRO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO
SOROCABA /GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS
DE SOROCABA – C N P J 50.795.566/0018-73**

*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020 e
Relatório dos Auditores Independentes*

**CENTRO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO SOROCABA /GERENCIADO PELO
BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566/0018-73
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

	Pág.
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 - 3
Balanços patrimoniais	4 - 5
Demonstrações de resultado	6
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8 - 14

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores da

**CENTRO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO SOROCABA/GERENCIADO
PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566/0018-73**

Sorocaba – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CENTRO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO SOROCABA /GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566/0018-73**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CENTRO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO SOROCABA /GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566/0018-73** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2021.

**CENTRO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO SOROCABA /GERENCIADO
PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566/0018-73**

**Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

ATIVO	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Aplicações Financeiras - com restrição	03	641.203	538.933
Estoques		39.106	17.398
Adiantamentos		1.601	6.516
Outros ativos circulantes		2.429	2.676
Total do ativo circulante		684.339	565.523
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado Gestão Pública	04	1.814.695	2.052.962
Total do ativo circulante		1.814.695	2.052.962
TOTAL DO ATIVO		2.499.034	2.618.485

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**CENTRO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO SOROCABA /GERENCIADO
PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566/0018-73**

**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

PASSIVO	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Fornecedores		47.071	63.241
Obrigações sociais e fiscais		31.188	27.545
Provisão de férias e encargos		97.365	164.841
Empréstimos filiais		110	291
Subvenções vinculadas – Custeio e investimento		483.123	300.505
Outros passivos circulantes		25.482	9.100
Total do passivo circulante		684.339	565.523
NÃO CIRCULANTE			
Subvenções vinculadas – Imobilizado Gestão Pública		1.814.695	2.052.962
Total do passivo não circulante		1.814.695	2.052.962
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO		2.499.034	2.618.485

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**CENTRO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO SOROCABA /GERENCIADO
PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566/0018-73**

Demonstrações do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em Reais

		2020	2019
RECEITAS			
Contrato de Gestão	5	3.757.264	4.159.108
Total Receita		3.757.264	4.159.108
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custos dos serviços prestados		(3.481.546)	(3.782.296)
Receita operacional líquida		275.718	376.812
DESPESAS			
Administrativas e gerais		(122.852)	(149.400)
Serviços de terceiros		(20.061)	(65.471)
Manutenção		(129.325)	(160.034)
Total das despesas		(272.238)	(374.905)
Superávit/(déficit) operacional		3.480	1.907
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS			
Doações			-
Resultado financeiro líquido		(3.480)	(1.907)
Total das receitas/(despesas) operacionais		(3.480)	(1.907)
Superávit/(Déficit)do exercício		-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**CENTRO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO SOROCABA /GERENCIADO
PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566/0018-73**

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em Reais

	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do período	-	-
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	-	-
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado	252.445	207.135
Redução (aumento) do ativo		
Aplicações financeiras	(102.270)	208.058
Estoques	(21.708)	(350)
Outros ativos	5.161	(6.123)
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	(16.170)	(40.545)
Obrigações sociais e fiscais	3.643	(2.811)
Provisão de férias	(67.476)	66.428
Empréstimos	(181)	(148)
Imobilizado Gestão Pública	(238.268)	39.964
Subvenções vinculadas – Custeio e investimento	182.618	(214.815)
Outros passivos	16.384	(9.695)
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	14.178	247.098
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aumento do ativo imobilizado	(14.178)	(247.098)
Transferência patrimônio (matriz para filial)	-	-
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	(14.178)	(247.098)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-
Recebimentos de empréstimos - Matriz	-	-
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos	-	-
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	-	-
Caixa e equivalentes no início do período	-	-
Caixa e equivalentes no fim do período	-	-
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**CENTRO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO SOROCABA /GERENCIADO
PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566/0018-73**

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco de Olhos de Sorocaba portador do CNPJ n.º 50.795.566/0001-25 qualificada como Organização Social de Saúde, atrás do despacho do secretário, de 03/10/2008 processo 55001/0001/002107/2007 – publicado no D.O. de 08/10/2008, é uma instituição sem fins lucrativos e reconhecido juridicamente de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto n.º 6.670, publicado no D.O.E. de 28/03/1990. O Contrato de Gestão nº001.0500.000.005/2018 firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e o Banco de Olhos de Sorocaba tem como objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Centro de Reabilitação Lucy Montoro Sorocaba, assinado em 04 de abril de 2018, com vigência de 5 (cinco) anos a contar da data de sua assinatura.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

Ativo Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2020.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS COM RESTRIÇÃO

	2020	2019
Aplicações em fundos de investimentos	641.203	538.933
Total	641.203	538.933

4. IMOBILIZADO

<u>Descrição</u>	<u>Saldo</u> <u>31.12.2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>Saldo</u> <u>31.12.2020</u>
<u>Custo – sem restrição</u>					
Equipamento hospitalar	1.678.271	3.904	-	-	1.682.175
Máquinas e equipamentos	93.727	8.196	-	-	101.923
Equipamento processamento	242.070	1.426	-	-	243.496
Móveis e utensílios	300.959	652	-	-	301.611
Adto imobilizado	-	-	-	-	-
Total	2.315.027	14.178	-	-	2.329.205
<u>Depreciação Acumulada</u>					
Ajuste vida útil	(262.065)	(252.445)	-	-	(514.510)
Total	(262.065)	(252.445)	-	-	(514.510)
Total	2.052.962	(238.267)	-	-	1.814.695

5. CONTRATOS DE GESTÃO

Durante os exercícios de 2020 e de 2019 a entidade recebeu da Secretaria de Estado da Saúde através do Contrato de Gestão valores para investimentos e para operacionalização das atividades:

	2020	2019
Contrato de Gestão nº 001.0500.000.005/2018 – Custeio	3.757.264	4.159.108
Total	3.757.264	4.159.108

6. EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO DE GERENCIAMENTO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO SOROCABA

Relatório de Produção de Atendimento de objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Centro de Reabilitação Lucy Montoro Sorocaba.

Exercício de 2020

Linha de atendimento	SUS
Reabilitação – Total	43.240
Consulta médica	3.603
Consulta não médica	16.363
Terapia/sessão - não médica	21.095
Pacientes atendidos - Atividade educativa	891
Grupo - Atividade educativa	296
Órteses fornecidas	485
Próteses fornecidas	57
Meios de locomoção	288
Outros	
Procedimentos Médicos - Acompanhamento (Reabilitação)	162

Relatório de Execução do Contrato de Gestão – 2020

Linha de contratação	Contrato	Realizado
Consulta Médica Total	3.840	3.603
Atendimento não médico total	41.832	37.458
Consultas não médicas	11.952	16.363
Procedimentos terapêuticos (Sessões)	29.880	21.095
Procedimentos Médicos Total	360	162
Fornecimento de Órtese/Prótese/Meios Auxiliares - Acompanhamento		
Órteses	480	485
Próteses	60	57
Meios de locomoção	240	288
Atividade Educativa/Orientação em Grupo Total - Acompanhamento		
Grupo - Atividade educativa	192	296
Pacientes atendidos - Atividade educativa	1.920	891

Exercício de 2019

Linha de atendimento	SUS
Reabilitação – Total	35.544
Consulta médica	2.961
Consulta não médica	7.907
Terapia/sessão - não médica	24.676
Pacientes atendidos - Atividade educativa	948
Grupo - Atividade educativa	272
Órteses fornecidas	323
Próteses fornecidas	31
Meios de locomoção	193
Outros	13
Procedimentos Médicos - Acompanhamento (Reabilitação)	102

Relatório de Execução do Contrato de Gestão – 2019

Linha de contratação	Contrato	Realizado
Consulta Médica Total	4.749	2.961
Atendimento não médico total	39.366	32.583
Consultas não médicas	16.224	7.907
Procedimentos terapêuticos (Sessões)	23.142	24.676
Procedimentos Médicos Total	360	102
Fornecimento de Órtese/Prótese/Meios Auxiliares - Acompanhamento		
Órteses	720	323
Próteses	60	31
Meios de locomoção	720	193
Atividade Educativa/Orientação em Grupo Total - Acompanhamento		
Grupo - Atividade educativa	192	272
Pacientes atendidos - Atividade educativa	1.920	948

7. CARACTERÍSTICAS DA IMUNIDADE

A Entidade é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º da CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo;

8. REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Financeiras, Diário e Razão), no qual transcrevemos;

- a) Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art. 41 do Estatuto Social).
- b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 42 do Estatuto Social).
- c) Mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

9. CARACTERÍSTICAS DA ISENÇÃO.

A Entidade é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, consequentemente usufrui das seguintes características:

- A instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- A isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contrapartida);
- Existe fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a Entidade é dispensada de pagar o tributo;
- Há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido;

10. REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA.

Para usufruir da isenção tributária, cumpre os seguintes requisitos:
Estatutários

- Não percebe a seus direitos, conselheiros, sócios, instituidores ou beneficiários, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- Aplicar suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- Atende o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidade públicas consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público alvo.

11. OPERACIONAIS CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

- Mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidades de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, dos documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumprir as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributárias;
- Elabora as demonstrações financeiras e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em razão das medidas impostas pela Lei 13.979/20, que dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, em 22 de abril de 2020 foi publicada a Lei 13.992 que suspendeu por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de março desse ano, posteriormente prorrogado para 30 de setembro de 2020, nos termos da Lei 14.061, de 23 de setembro de 2020, a obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestados de serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

13. EFEITOS DO COVID-19 NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Banco de Olhos Sorocaba (BOS), desde o início da situação da declaração de pandemia global declarada em Março de 2020, se adiantou em adotar diversas medidas de prevenção contra o Coronavírus, acompanhando a evolução da situação e se preparando para atender todos os parâmetros de segurança, recomendados pelos órgãos reguladores da saúde.

Em um primeiro momento os atendimentos eletivos foram suspensos tanto para pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), quanto para convênios particulares, mantendo-se apenas os casos de urgência, prestados com todos os cuidados preventivos quanto à higienização, proteção individual e restrição de contato, atendendo às restrições de mobilidade humana preventiva aos impactos relacionados à pandemia decorrente do vírus COVID-19, recomendadas pela OMS e determinados pelas autoridades brasileiras.

O Ministério da Saúde, através da Nota Técnica 23 – Março/2020 restringiu a doação de órgãos e tecidos, bem como, a realização de transplantes eletivos e os ambulatorios pré transplante como forma de contenção e transmissão da doença. Em 22/04/2020, a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, através do Ofício 0016/2020 do Sistema Estadual de Transplantes, reforçou a suspensão dos transplantes eletivos que se manteve até Setembro/2020.

A preocupação com a parcela da população que estava ficando desassistida com a suspensão dos atendimentos eletivos, a possibilidade de danos irreversíveis à saúde dos mesmos e a classificação pelo governo do Estado de São Paulo de hospitais e clínicas como serviço essencial, determinamos a retomada gradativa dos atendimentos a partir de Abril/2020.